

Brasília poderá ser uma Babilônia no ano 2.000

CORREIO BRAZILIENSE

2 JUN 1986

Lúcio aconselha um "pé no freio"

Criador de Brasília, juntamente com Oscar Niemeyer, o urbanista e arquiteto Lúcio Costa não admite ver a cidade transformada numa megalópole. Para ele é preciso "meter-se um pé no freio e conter a obsessão de que todas as cidades devem crescer desmedidamente". Deve-se conter o crescimento anômalo das cidades, desestimulando-o. Lacônico em seus comentários sobre a previsão da ONU, Lúcio Costa disse achá-la uma bobagem, mas que, caso venha a ocorrer, caberá às autoridades resolver a questão.

Sua filha Maria Elisa Costa, assessora do Secretário de Viação e Obras, diz que qualquer alteração na estrutura física de Brasília tem de passar, obrigatoriamente, por Lúcio Costa. Ele participará de qualquer proposta que envolva o Plano Piloto e sua área de influência. Para Maria Elisa não há o que se falar em aumento da área física de Brasília, extrapolando-se a bacia dos rios que a limitam. O que se tem de fazer é integrar o desenvolvimento do DF com sua região geoeconômica.

Havendo dinheiro e tecnologia, prossegue Maria Elisa, será possível falar-se em crescimento da cidade. O Departamento de Urbanismo, ao qual está afeta, tem um plano prevendo a expansão da cidade até o limite de 2 milhões de habitantes. Diante do Horizonte de 4 milhões, os estudos estão sendo reencetados. Para Maria Elisa, o ideal para evitar-se que a população de Brasília atinja os índices previstos pela ONU, seria estimular-se o crescimento das cidades ao seu redor, instalando-se indústrias, comércio, agricultura, pecuária, e quaisquer outras atividades que absorvam mão de obra. Seria preciso dotá-las de infra-estrutura, adequada e principalmente, da ocupação à massa de trabalhadores não qualificados. Brasília, concluiu, por ser uma cidade de prestação de serviços, essencialmente, tem de ficar onde está.

Filme de ficção imita realidade

A Fundação Cultural do DF, em 1969 premiou o romance "Pátria Escura", um texto de narrativa experimental de Ezio Pires, que ao deformar ficcionalmente a realidade de Brasília, a Capital da República tem o nome de Ibipeba e vive uma angústia de 10 milhões de habitantes. A história, no romance ainda inédito, está escorada por lances dramáticos numa linguagem do realismo mágico em que os personagens são os palácios, prédios públicos e residências da cidade.

Na narrativa experimental a cidade superpopulosa é vítima do pavor de um eclipse total. Na terrível escuridão, começa uma chuvinha com cheiro de gasolina. O narrador usa a linguagem do espanto, nos flagrantes de efeitos cinematográficos dos olhos arregalados dos habitantes de Ibipeba, que falam num vózerio desesperado e babilônico.

O vózerio de apelos contra as trevas está saindo dos amplos vidros e janelas dos arranha-céus e prédios que têm nome de gente. Um dos personagens de "Pátria Escura" é o anexo do Congresso Nacional, que com aquela forma física de um "H" recebe o nome de "Homem Feito".

JOÃO PAULO BARBOSA
Da Editoria de Cidade

Projetada para ter uma população de 500 mil habitantes, Brasília abriga 1 milhão e seiscentos mil. Segundo dados da ONU, dentro de quatorze anos, no ano 2000, este número será de 4 milhões. A cidade não está preparada. Um de seus criadores, o arquiteto Lúcio Costa, acha um delírio o fato de imaginar-se a transformação de Brasília em megalópole. Mas se dispõe a ajudar no que for necessário, pondo, outra vez seus conhecimentos como mola-mestra do que tiver de ser feito. O Governo se prepara para enfrentar a situação, caso ocorra realmente. Contudo, o pensamento é que se deva estagnar o processo migratório. A mística de Canaã pode fazer de Brasília uma Babilônia.

Está em estudos um programa que atende à explosão demográfica prevista para Brasília. Como dotá-la de infra-estrutura capaz de suportar população oito vezes superior ao que foi planejado é o desafio às autoridades. Mais do que nunca terá de se contar com a iniciativa privada. O ideal, caso não se possa conter a migração, é criar pólos de atração em sua área de influência, integrando o desenvolvimento do Distrito Federal com sua região geoeconômica. Como alternativa final pensa-se no aumento de área, pela absorção de terras hoje pertencentes a Goiás. Arquitetos, urbanistas, sociólogos, e autoridades governamentais, discutiram o documento da ONU, achado por alguns obras de Cassandras. A "solução" do ficcionista é de que a cidade, superpovoada, exploda em chamas.

Diante da possibilidade de Brasília ter multiplicado por oito, dentro de quatorze anos, o número de habitantes projetado na sua criação, levou o governador José Aparecido a reunir sua equipe de Governo na primeira quinzena do mês passado. Foram estudadas as possibilidades de ocorrência da previsão da ONU e iniciado um trabalho que traga alternativas nas áreas de habitação, saúde, meio ambiente, abastecimento, transportes, e energia. O trabalho está em fase embrionária.

Estão envolvidos no programa Brasília ano 2000, além do governador José Aparecido, o chefe da Casa Civil, Guy de Almeida, os secretários de Habitação, Sadi Ribeiro; de Viação e Obras, Carlos Magalhães; de Agricultura, Leone Teixeira, o coordenador do Meio Ambiente, Benjamim Sicsu, o Superintendente da Caesb, William Penido, o presidente da CEB, Paulo Vítor, e o secretário de Go-

verno José Carlos Mello, que na reunião foi representado por seu substituto, Djauro Ramos de Oliveira.

A equipe inicia seus trabalhos partindo do dado concreto de que Brasília é hoje o principal pólo de atração do País, figurando Rio e São Paulo como alternativas para quem não consegue se instalar no DF. Suas cidades-satélites "incham" a cada dia em termos de população. Ceilândia, por exemplo, apresenta, conforme dados oficiais, uma das maiores taxas de natalidade do mundo, comparável a de cidades da Índia. Sua população está em torno de 400 mil habitantes, superando capitais como Aracaju, Maceió, João Pessoa e outras do Norte-Nordeste, de onde migraram seus habitantes, na maioria dos casos. Mesmo em capitais de Estados do Sul, como Florianópolis, a população é inferior à da Ceilândia.

A população de Brasília cresce não só em função dos que vêm tentar a sorte, como pelo chamamento dos que já se instalaram. Embora não ocupe o primeiro lugar na escala de problemas a serem enfrentados numa explosão demográfica, a habitação desde já preocupa as autoridades. Ao instalarem-se na periferia do Plano Piloto, as populações carentes, estimuladas por especuladores, invade áreas, fazendo surgir núcleos habitacionais do dia para a noite. Com pouco tempo, vêm as mazelas de exaustão dos serviços básicos. Faltam água, saneamento, escolas, hospitais, energia e assistência médica. Os invasores correm então em busca do apoio oficial. Em um ano de governo, José Aparecido entregou 6.300 unidades habitacionais, número superior ao que foi feito pelo governo do Paraná em quatro anos, segundo o secretário de Habitação, Sadi Ribeiro. De posse dos imóveis, os ex-invasores trazem familiares do interior. Quando a situação financeira aperta vendem os direitos aos mesmos elementos que os ajudaram na primeira invasão e vão invadir outras áreas. Fica-se, então, neste círculo vicioso.

COMEÇO: VIAÇÃO E OBRAS

O que tiver de ser feito para abrigar a população de 4 milhões, prevista pela ONU para Brasília, começará pela Secretaria de Viação e Obras. Todo planejamento, do Brasília ano 2000 está a cargo daquele órgão. Estão sendo feitos levantamentos de áreas, estudos de solo, e pesquisas sobre capacidade de assentamento humano nos locais, a partir de áreas públicas e particulares desocupadas. O secretário Car-

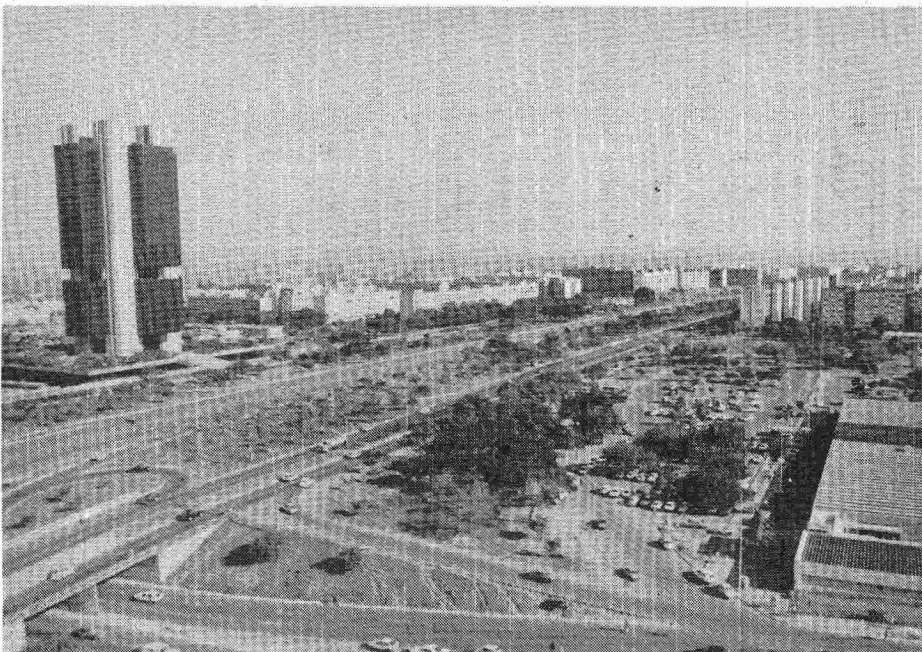
los Magalhães prefere não revelar, por enquanto, os locais em estudo, a fim de não despertar cobiça de possíveis poroprietários.

Afirma o secretário de Viação e Obras que o abastecimento de água será o grande desafio do programa. Lembra Carlos Magalhães que Brasília não é servida por grandes rios, a exemplo do que ocorre em São Paulo, que conta com o Tietê ou o Rio de Janeiro, que tem o Paraíba do Sul e o Guandu. O que existe são pequenos mananciais sujeitos a quedas violentas de seu potencial hídrico, nos períodos de chuvas ou seca. Além disso, os mananciais existentes estão sujeitos à poluição em virtude de loteamentos irregulares em torno deles.

A última reserva hídrica de Brasília, prossegue Carlos Magalhães, o rio São Bartolomeu tem em sua área 52 loteamentos irregulares que impedem a construção de uma barragem, da qual se partiria para uma adutora. Ele se diz consciente dos problemas que a cidade terá de enfrentar com uma população de 4 milhões de habitantes. O ideal seria segurar o homem à sua terra. De toda maneira terá de se conseguir espaços para quem chegue, seja em que número for. Para isso terá de ser usado quem estiver disposto e disponível, sendo certo que a iniciativa privada poderá dar enorme contribuição.

Sobre a problemática de assentamento da população, acha Carlos Magalhães que a solução seja a construção de grandes conjuntos, com habitações coletivas. Este tipo de construção além de exigir menor área em relação às unidades individuais, barateia os custos e oferece maiores alternativas em termos de infra-estrutura.

O secretário de Habitação, Sadi Ribeiro, disse que sua atuação no Brasília 2000 se dará em função dos estudos e levantamentos a serem feitos por seu colega de Viação e Obras. De posse dos dados a serem colhidos submeterá ao governador os projetos que venham a surgir. As áreas escolhidas terão de estar em locais cuja transformação em núcleos habitacionais firam o meio ambiente, afetem o sistema ecológico ou se entrelacem com áreas de produção agrícola. Diz o secretário Sadi Ribeiro que um brusco aumento da população não pegará sua Secretaria totalmente desprevenida, principalmente em razão do trabalho desenvolvido pelo chefe da Casa Civil, Guy de Almeida, com o grupo Consultivo da População de Baixa Renda. Dali surgiram alternativas não só para os atuais como para os futuros problemas de moradia.



A cidade, projetada para abrigar 500 mil habitantes, já tem 1 milhão e 600 mil